

ÁFRICA: QUE LIDERANÇAS POLÍTICAS PARA OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI?

Por

Raul Tati

Professor de Relações Internacionais

Resumo

Muito se tem dito e escrito sobre os sistemas, os regimes e as estruturas que conformam os Estados africanos nas mais diversas perspectivas, designadamente: política, económica, cultural, etc. Embora se subentenda por força da lógica que os líderes estão implicitamente subjacentes em qualquer análise dos problemas africanos, neste estudo o propósito é de fazer uma abordagem exclusiva sobre o papel das lideranças políticas africanas. Partimos de um pressuposto de que são as lideranças que forjam os sistemas e não o contrário. O Estado e a nação são duas realidades que ao longo da história política trouxeram sempre à tona os rostos e os nomes dos seus líderes, sobretudo aqueles que mais marcaram os seus destinos positiva ou negativamente. Pronunciar um certo nome na galeria dos grandes líderes da história é quase equivalente a fazer um juízo - mesmo inconsciente - sobre determinada nação ou Estado. É verdade que o Estado é o principal actor das relações internacionais e não os líderes individuais. Todavia, não podemos negar que os sistemas por sua vez tenham uma palavra a dizer quando se trata de moldar as lideranças. Neste sentido, os contextos políticos, sociais e culturais constituem evidentemente o húmus que poderá propiciar um certo tipo de líderes. Os estilos de liderança são ajustáveis segundo os contextos e situações. Há líderes que podem ser bem-sucedidos na Europa e não o serem necessariamente nos EUA e vice-versa; assim como líderes que são bem-sucedidos em África podem não sê-lo num país asiático. Neste estudo, pretendo analisar o tipo de lideranças que o nosso contexto africano produziu nestes mais de sessenta anos das independências e perspectivar o tipo de liderança que África precisa diante dos desafios do século XXI. A pertinência do tema tem também algo a ver com o momento actual em que a pandemia da covid-19 suscita um debate sobre o papel das lideranças mundiais.

Palavras-chave: **África – liderança política – desafios - desenvolvimento.**

Introdução

Tendo em conta que o conceito de liderança é muito vasto e aplicável a vários campos da sociedade, a nossa abordagem cinge-se sobre a liderança política. Refiro-me às personalidades que a nível do poder político têm o ónus de estar à frente dos desafios do continente africano. São aqueles que, munidos de um poder legítimo, assumiram diante dos seus povos e do mundo o compromisso de transformar os seus problemas em soluções e as suas aspirações em realizações. Pretendo fazer uma análise na perspetiva da ciência política, sem descurar contributos doutras ciências humanas e sociais na desconstrução dos paradigmas actuais e na projecção do tipo de liderança que África precisa neste século. Vamos ver um pouco o tipo de liderança política que marcou a África nos últimos sessenta anos e as mutações históricas actuais que representam novos desafios. No momento em que o continente africano através da sua organização regional, a União Africana, está a projectar metas ambiciosas para o seu desenvolvimento que constitui a grande meta da **Agenda Africana 2013-2063**, justifica-se esta reflexão na medida em que os objectivos, as estratégias e as tarefas que se desenham precisam de bons timoneiros. Serão invariavelmente as suas lideranças a fazer toda a diferença para que a meta duma África integrada, pacífica, próspera e “global player” seja alcançada. Nesta perspetiva, entendo como líderes todos aqueles que se encontram nos escalões mais altos da decisão e são concomitantemente «Os actores da estratégia, os que intervêm na definição dos seus objectivos, no planeamento estratégico, na condução da estratégia, situam-se nos mais elevados escalões da política ou das áreas sectoriais de aplicação da(s) estratégia(s), militar, segurança, económica, diplomática, cultural, informação, etc.» (PEZARAT CORREIA, 2010:35). A trave-mestra da minha argumentação assenta na ideia de que o sucesso da África depende da eficácia das suas lideranças.

1. Revisão de literatura

A palavra “líder” não é originária do português. É um estrangeirismo oriundo do inglês “leader” que foi depois aportuguesado na forma em que a usamos no léxico do português contemporâneo. A palavra “leader” sugere várias definições, embora o objecto material esteja acoplado à ideia de quem está no comando independentemente da sua aplicação em vários domínios da vida como no político, empresarial, organizacional, militar, etc. Assim se entende igualmente a palavra “liderança” como tradução da palavra inglesa “leadership”. «Embora o termo leader (líder) já exista há vários séculos, a noção de “leadership” (liderança) só emergiu na primeira metade do século XIX. Em Portugal, só a partir do século XIX, com o aparecimento das Ciências Sociais, é que a expressão “arte de comando” foi substituída por liderança.» (BENTO&RIBEIRO, 2013:11). Efectivamente a noção de liderança já existia,

embora a palavra tenha sido introduzida posteriormente no léxico português substituindo a expressão anterior, talvez por comodidade ou por influência política do mundo anglófono: «Na língua portuguesa, o conceito de “liderança” tem como antecedente a definição de “arte de comando”, onde o comando ou arte de comandar estão subjacentes a uma arte e a uma ciência, que enfatiza mais as qualidades de quem comanda do que propriamente todo o processo de comando.» (IBIDEM)

Tendo em conta a vasta panóplia de definições, importa aqui dizer em que perspectiva é que quero trazer esta questão para a esta reflexão. Bento & Ribeiro (2013), no seu estudo sobre liderança, coligiram algumas definições de vários autores. Dentre elas, destaco duas que mais me convencem. Neste sentido, segundo as mesmas, liderar significa:

1. «*Conquistar corações e mentes através de uma eficaz liderança persuasiva, utilizando as relações e as capacidades de comunicação, e também analisar as situações do ponto de vista de outras pessoas.*» (IBIDEM apud Hooper & Potter, 2010:62)
2. «*Capacidade de influenciar as pessoas para trabalharem de forma entusiástica, de modo a serem atingidos os objectivos identificados que têm em vista o bem comum.*» (IBIDEM apud Hunter, 2006:34)

Na primeira definição realço um aspecto interessante que é «a conquista dos corações e das mentes». É fundamental esse requisito apesar da sua conotação romântica. Não há liderança sem seguidores. A «persuasão» é também um atributo importante para um líder, pois quanto maior for a sua capacidade de persuasão maiores serão as suas hipóteses de sucesso. Sem persuasão não conseguirá arregimentar seguidores. A capacidade de persuasão distingue o líder «do conjunto dos homens mais capazes» (CHOMSKY,2016:19). Mas a persuasão não pode ser armadilhada pela demagogia ou pelo populismo nem pode estar sujeita à moral política do maquiavelismo assente na manipulação inspirada pelo princípio “o fim justifica os meios”. Será necessário aquilo que Maquiavel entendeu chamar por “virtù”. Na sua emblemática obra “O Príncipe” Maquiavel usa essa expressão para realçar três coisas: força de carácter, inteligência e coragem. Para Chomsky (2016:19), para além de serem «puros e nobres», devem ser igualmente «homens de inteligência, patriotismo, propriedade e circunstâncias independentes», «cuja sabedoria discernirá superiormente o verdadeiro interesse do seu país, e cujo patriotismo e amor à justiça servirão de entrave ao seu sacrifício em nome de considerações temporárias ou parciais.» Quase no mesmo sentido, Montesquieu alude à “virtude” relativamente ao governo monárquico quando defende que «O Estado subsiste independentemente do amor pela pátria, do desejo da verdadeira glória, da renúncia de si mesmo, do sacrifício dos seus mais caros interesses (...).» (MONTESQUIEU,2011:156). O Estado dispensa o líder (o príncipe) dessas virtudes heróicas porque nos sistemas monárquicos a lei toma o lugar dessas virtudes todas. (IBIDEM). Quando se fala de liderança há um outro aspecto primordial que aparece na segunda definição: «a capacidade de influenciar as

peças». Isto significa que os seus actos e as suas palavras têm um poder de mobilização das outras pessoas no sentido da realização do bem comum.

Entretanto, os estudos sobre liderança entendem que o sucesso de um líder não depende só de uma ou outra característica do mesmo. Com efeito, vários são os paradigmas ou modelos de liderança a partir dos quais se pode catalogar os líderes e desenhar um prospecto possível da sua liderança. Destaco aqui, dentre outros, três modelos:

- ❖ **LÍDER AUTOCRÁTICO**
- ❖ **LÍDER DEMOCRÁTICO**
- ❖ **LÍDER LIBERAL**

Cada um desses modelos de liderança é uma tese. Contudo, não adentrando em minudências, basta aqui avançar brevemente a *identikit* de cada um deles. No primeiro caso, estamos diante do estilo de liderança mais polémico conforme a tese de alguns autores que afirmam que o **líder autocrático** é «aquele que fixa as directrizes e determina os métodos para a realização das tarefas sem recorrer à participação do grupo. É um líder dominador e castrador. A sua atitude autoritária pode provocar tensão, mal-estar e frustração no seio do grupo. Assim, uma das mais graves consequências deste estilo de liderança é a falta de identificação com a organização e consequente desmotivação e falta de produtividade» (BENTO & RIBEIRO, 2013:17 apud Carapeto & Fonseca, 2006; Neves, 2001; Costa, 2000).

Quanto ao **estilo democrático**, este «caracteriza-se, essencialmente, pela participação de todos os liderados em cada etapa do processo de funcionamento da organização. A iniciativa, a criatividade e a opinião de cada liderado são respeitados e tidas em conta nas tomadas de decisão. O líder democrático fomenta a partilha e o trabalho em equipa. Assiste, estimula e participa no trabalho com todos os elementos grupo. No entanto, e de uma maneira discreta, o líder democrático conduz a organização pelos seus objectivos sem permitir que se crie um ambiente de desorientação e desorganização. É um estilo de liderança que promove o bom relacionamento e a amizade entre todos os membros do grupo tendo como consequência um clima em que todos se identifiquem e se sentem estimulados para que a organização produza mais e melhor» (IBIDEM).

O **estilo liberal**, muito conhecido por *laissez-faire*, «não há regras. Os liderados têm liberdade para tomar decisões, distribuir tarefas, quase sem consultar o líder. Quem decide o que fazer, como fazer e quando fazer é o grupo. A participação do líder é muito reduzida. Este estilo de liderança também é desmotivador e gerador de desapego à organização. Os liderados sentem que a organização não tem rumo, avança ao sabor das vontades de cada um. Este é, frequentemente, considerado o pior estilo de liderança pois pode provocar a desorganização, a confusão e o desrespeito.» (IBIDEM)

A par desta classificação, quando se fala de liderança questiona-se também se o líder nasce ou faz-se. Haverá indivíduos que já nascem com capacidades de liderança? Quando se ouve dizer que há por aí **líderes carismáticos** pretende-

se de algum modo insinuar que - contrariamente aos comuns mortais que para serem líderes precisam de ciência e engenho – aqueles já foram programados pela natureza com dotes particulares para a liderança. Na teologia, a palavra “carisma” significa “dom gratuito” que um indivíduo recebe de Deus para colocar ao serviço da humanidade. Este tipo de liderança é muito frequente em contextos onde as representações ideacionais e místicas do poder político ou religioso estão bastante arreigadas em cosmovisões teocráticas. Os líderes não valem e não são aceites e seguidos pelo mérito pessoal, mas por uma espécie de crença partilhada na predestinação. Encaixam aqui os messianismos, sejam eles religiosos ou políticos. São lideranças “inquestionáveis” pela mística que polvilha na mentalidade dos liderados. Quando a crença geral é de que um certo indivíduo é um enviado de alguma divindade para cuidar dos destinos de um determinado povo é natural que se crie em volta dele um manto de sacralidade que o torna praticamente “intocável”. David teve a sorte do rei Saul em suas mãos, mas afastou qualquer hipótese de lhe provocar algum mal, por ser “o ungido” de Deus: «**Que o SENHOR me livre de fazer tal coisa a meu senhor, de erguer a mão contra ele, pois é o ungido do SENHOR**» (1 Samuel 24,6).

Os líderes carismáticos, regra geral, estão alinhados ao estilo autocrático/autoritário. Tal é a nossa experiência das lideranças políticas em África depois das independências. Deles me vou debruçar em seguida.

2. Perfil das lideranças políticas das independências em África

Falar das lideranças em África implica tocar na questão da transferência do poder decorrente do processo da descolonização. O tipo de lideranças políticas teve muito a ver com o peso da herança colonial na construção dos novos Estados soberanos em África. Os líderes foram nada mais, nada menos, os protagonistas do processo. Tendo em conta que os homens deixam a sua estampa na história pelos seus feitos, a maneira como foram conduzidos os diversos processos de descolonização tem muito a ver com as respectivas lideranças políticas da época. Em certos casos tivemos líderes com um ímpeto revolucionista onde o processo das independências resultou do recurso à violência armada, como no caso das ex-colónias portuguesas em África; noutros casos, tivemos líderes com tendência mais pacifista - provavelmente inspirados pela filosofia da não-violência - o que fez com que os seus países ascendessem às suas independências sem recurso às armas. Esta constatação coloca-nos diante das dinâmicas do pensamento e da práxis libertária que animaram a luta pela emancipação política das nações africanas. Há uma expressão consagrada a nível da política africana sobre o qual não tenho encontrado eco noutras latitudes: “**Pai-Fundador da Nação**”, designação atribuída aos líderes das independências. Tendo em conta as premissas que já apresentei acima, essas figuras passaram a ser “endeusadas” por terem logrado a “dádiva” da independência para os seus povos. Diante disso, criou-se uma espécie de gratidão moral que fez enclausurar as populações numa submissão que acabou

por ser um terreno fértil para o autoritarismo. Não admira pois que o autoritarismo tenha sido o "denominador comum" dos regimes africanos, «onde todo o poder está concentrado nas mãos de um super-cidadão ou de um pequeno círculo clânico. Não obstante nenhum país assumir-se abertamente como autoritário, o fenómeno é de facto generalizado» (TATI, 1999:80-82). No estudo realizado por mim sobre o assunto, no intuito de buscar as raízes dos regimes autoritários em África, deparei-me com o pensamento de Dikam (1996) que avança uma justificação de índole sociológica e económica.

- **Argumentos sociológicos:** «fundamentam-se no facto de que em África o Estado actual não corresponde quase nunca a uma nação pré-existente. A sua origem resulta duma criação muito artificial dos antigos colonizadores. Este facto, na opinião do autor, colocou os novos Estados diante de um problema da sua "super-densidade" ou "infra-densidade" em relação às comunidades sociológicas pré-existentes que muito dificilmente aceitam um poder político que lhes é estranho. Desta dificuldade brotam as revoluções, guerras tribais e os separatismos que estrangulam a África» (DIKAM,1996:6). Diante dessa situação estaria «suficientemente justificada para alguns a necessidade do autoritarismo para realizar a coesão nacional e o desenvolvimento económico.» (IBIDEM). Daqui a pertinência desta opinião de Monique Lions (1964): «O regime político que a lógica impõe na África recém-independente deve ser de inspiração autoritária e centralista, com vistas a uma dupla meta de edificação e de educação. Trata-se nada mais que edificar o Estado, educar as massas e levantar o seu nível de vida, suprimir o marco tribal e as micro-nações engendradas, eliminar as rivalidades regionais e realizar a unidade nacional; em resumo, trata-se de transformar o universo da tribo em um conjunto de Estados modernos» (LIONS, 1964:58).
- **Argumentos económicos:** «Baseia-se no facto de que os novos Estados africanos são geralmente pobres. As estruturas sociais são frequentemente denunciadas como causa dessa pobreza. Daí a necessidade de um poder político forte e centralista para controlar e planificar a economia de forma a modificar as antigas estruturas sociais» (IBIDEM). Para Achile Mbembe (1990) o resultado dessa política autoritária na economia foi desastroso: «Regulação neo-patrimonial e burocrática da economia, clientelização da sociedade, economia de racionalização, o peso da dívida externa sempre crescente, degradação dramática das condições de vida de importantes extratos da população, êxodo massivo para a economia paralela, aumento do cinismo e perda de confiança na ideologia oficial, programa de austeridade e de reestruturação em contracorrente a toda a perspectiva de crescimento, delapidação do capital humano através da coerção e do terror, poderes políticos submissos a fortes pressões internas e externas» (MBEMBE,1990:10).

Com essa lógica o autoritarismo passou a ser a marca das lideranças políticas africanas, embora cada líder lhe tivesse emprestado *nuances* próprias em termos de perfil e de personalidade. Muhamar El Kadafi tem em comum com Mobutu Sesse Seko o facto de ambos terem sido líderes autocráticos, mas são

duas lideranças distintas em termos de perfil e de resultados para ambos os Estados. Kadhafi, com a sua morte, deixou para trás um dos países africanos mais prósperos e com um dos PIB mais expressivos da África. Efectivamente a Líbia durante a liderança de Khadafi já tinha atingido o nível de desenvolvimento médio com a sua principal *commodity* que é o petróleo. O Zaíre do Marechal Mobutu (hoje RDC) não teve a mesma sorte apesar das suas fabulosas riquezas mineiras como o cobalto, o columbite-tantalite (também conhecido como coltan), o cobre, o ouro e o petróleo. Independentemente da situação geopolítica de ambos os países, as respectivas lideranças tiveram um papel determinante para o rumo dos seus países. No caso da RDC, a sua desgraça está enquistada numa liderança corrupta e ao serviço da pilhagem das riquezas nacionais em cumplicidade com as oligarquias e multinacionais estrangeiras. Transformaram as riquezas nacionais numa maldição incompreensível para as respectivas populações, segundo os resultados da investigação levada a cabo pelo premiado jornalista Tom Burgis (2015). Aliás a RDC faz parte de um outro estudo levado a cabo por Richard Dowden (2014) onde o autor faz uma radiografia de um grupo de treze países emblemáticos da África subsaariana como resultado de vários anos de pesquisa no continente sobre os desafios da corrupção, lideranças pobres, miséria e epidemias. Chamo a atenção em relação às “lideranças pobres” que nada têm que ver com a falta de recursos, mas são pobres no sentido antropológico e político como defendia o antropólogo camaronês Ngelbert Nveng de quem somos tributários da expressão “*pauvreté anthropologique*” (pobreza antropológica). Nveng (1964) era apologista de que o homem negro estava mergulhado numa crise identitária por força das sucessivas tentativas de aniquilamento e depauperização do seu mais profundo âmagô ontológico: o seu ser-no-mundo, a sua ipseidade e dignidade. O teólogo congolês Ka Mana (1993) considerou, por sua vez, a pobreza antropológica como «extenuação de todas as energias do homem e das suas esperanças mais fundamentais» usando para tal a expressão “*néantisation radicale*” ou seja a privação do «exercício das suas funções vitais». Essas fragilidades filosóficas são uma tentativa de explicação do fracasso das lideranças africanas que tiveram em mãos a missão primordial de colocar a África independente no caminho do desenvolvimento. A maior parte desses líderes assumiu o poder bafejado pela fortuna que lhes foi favorável, embora outros tenham tido destaque na luta política e/ou militar para a libertação da África, tendo sido guindados para os pedestais dos heróis da pátria.

Está aqui mais ou menos identificado o perfil daquilo que eu chamaria “as lideranças de partida”. São elas que tiveram a responsabilidade de marcar a ruptura com a dominação euromundista e fazer descolar o continente para um novo rumo de emancipação soberana. Foram eles que criaram os novos Estados e formaram os respectivos governos. Infelizmente, o saldo nesta perspectiva é ainda negativo não só por aquilo que não se conseguiu alcançar mas sobretudo por aquilo que foi destruído, sobretudo as vidas trucidadas de milhões de africanos por conflitos violentos originados por querelas pelo poder. Os líderes carismáticos e autoritários puseram em marcha uma agenda política extrativa, clientelista e ostracista. Pilharam os recursos naturais e criaram fortunas nas

antigas metrópoles enquanto os seus povos eram condenados a uma injustificável pobreza que ofende a moral e o direito.

3. A cooperação para o desenvolvimento e as novas fronteiras estratégicas

O desenvolvimento é uma meta que exige a abertura das portas para o mundo através da cooperação mutuamente vantajosa. Para o efeito, os Estados definem a sua política externa que permite estabelecer relações bilaterais com outros Estados e/ou relações multilaterais com as Organizações Internacionais de cooperação ou de integração (CAMPOS *et alii*: 2010). As decisões em política externa obedecem a modelos ou critérios de elaboração como os alinhamentos ideológicos (muito frequentes em tempos de guerra fria), o pragmatismo, ou a *rational choice* (FREIRE *et alii*: 2011). Durante muito tempo a África esteve a reboque dos alinhamentos ideológicos e dos jogos geoestratégicos das grandes potências, pelo que as decisões em política externa estiveram condicionadas por estes factores.

Hoje, com o globalismo em marcha, os Estados africanos, mais aliviados de alianças ideológicas, tendem a privilegiar a escolha racional (custos e benefícios) na sua política externa privilegiando o multilateralismo como *“global player”*. O fim da guerra fria marcou a abertura de um novo paradigma nas relações da África com o mundo (TATI, 2018: 70-115). Segundo Manuela Franco (2009:7) « (...) África alcançou uma nova independência política. Após a década de 90 marcada por conflitos devastadores, o continente move-se agora numa trajectória bem diferente. Com grande atracção dos recursos naturais, indispensáveis para o desenvolvimento das novas tecnologias e para o crescimento económico global, África tornou-se uma *“nova fronteira”*. E voltou a ser terreno interessante para as geo-competições – estratégicas, económicas e políticas – da actualidade.» Para Nuno Teixeira (2009:15) «Tendo como ponto de partida uma análise de relações internacionais e uma perspectiva de segurança global, podemos considerar que a África tem vivido, desde os últimos anos do século XX mas sobretudo a partir dos primeiros anos do século XXI, uma espécie de renascimento geoestratégico. Verifica-se, hoje, o reaparecimento de um interesse das grandes potências internacionais, (...), sobre o continente africano e muito em particular centrado na questão dos recursos energéticos.»

Tendo em conta a nova visão que o mundo tem da África como parceira estratégica, a escolha racional terá toda a pertinência nas relações externas no sentido de buscar impactos positivos quer a nível interno, quer a nível externo. No entanto, considerando a fragilidade e a porosidade do Estado contemporâneo em África, o multilateralismo é o melhor caminho para África equilibrar as suas relações com o mundo. A criação da União Africana (UA), em 2002, marcou uma nova etapa a que os líderes africanos entenderam designar por *“renascimento*

africano''. Na verdade, a substituição da OUA (organização de coordenação) pela UA (instituição de integração) trouxe um novo alento na política africana e, em relação àquilo que vou aqui dizendo sobre as lideranças, marcou o crepúsculo das velhas lideranças das independências, tendo colocado a rampa de arremesso para as novas lideranças viradas para o desenvolvimento. Depois de sessenta anos, será muito difícil encontrar ainda hoje no poder algum líder ''fundador da nação''. É uma geração que, com todos os seus méritos e deméritos, está praticamente afastada do palco da política africana.

Com a criação da UA foram desenhadas novas fronteiras estratégicas de cooperação para o desenvolvimento. Chegou o momento de a África fazer a escolha da ''noiva de conveniência'' a uma única voz, deixando para trás os tempos da África barata e campo de disputas das grandes potências como bem afirmou Lenine: «Quem tiver a África, terá o mundo». Contrariamente àquilo que alguns podiam pensar, a ''noiva de conveniência'' desta feita não vem de fora, mas de dentro: refiro-me à regionalização. A via para o desenvolvimento do continente passa antes de tudo pela integração regional, quer a nível político-institucional, quer a nível económico. Nunca é demais sublinhar a importância da integração política na medida em que, por um lado, ela supõe a transferência de soberania ou de alguns domínios da soberania como a prevenção dos conflitos e a preservação da paz e da segurança. Por outro lado, a convergência de interesses económicos é também uma maneira de ultrapassar as rivalidades e os antagonismos políticos através da cooperação multilateral.

Nesta perspectiva, as novas fronteiras estratégicas de cooperação incidem, em primeiro lugar, sobre o próprio continente e depois é que se estendem para o exterior, África só poderá competir com o resto do mundo se partir para esses desafios como um todo: «Se queres ir rápido, vai sozinho. Se queres ir mais longe, vai com os outros» (Provérbio ubuntu). A NEPAD (*New Partnership for Africa's Development*) passou a ser então a expressão da nova visão estratégica dos líderes africanos, colocando no centro da agenda africana a boa governação, a paz e a segurança, a estabilidade, a justiça e a democracia. A Doutora Fátima Roque (2007) dedicou-lhe uma obra interessante cheia de dados pertinentes e com uma perspectiva optimista embora tenha identificado uma série de constrangimentos. Uma vez arrumada a casa com os desafios bem identificados e os objectivos e metas bem definidos, a África parte então para o mundo em busca de parcerias (e não de alianças). A União Europeia (EU), organização onde pontificam antigas potências coloniais, é a Organização de integração continental com quem a UA, nos últimos anos, tem estado a explorar todas as possibilidades de uma parceria estratégica mutuamente vantajosa (FRANCO, 2009). Na visão europeia, a África é hoje um manancial de novas oportunidades atendendo às suas potencialidades: «Nos últimos anos, África tem estado no centro de inúmeros projectos e iniciativas, tanto a nível internacional como europeu. É hoje em dia praticamente incontestável que o continente africano, com todos os problemas, ameaças e oportunidades que, em simultâneo, encerra, não só merece uma atenção prioritária, como tem vindo a ser alvo de acções concretas que visam transformar, a curto prazo, as palavras em actos. A União Europeia, e países europeus individualmente, têm-se vindo a destacar

como um dos principais impulsionadores deste sobressalto em torno de África.» (MONTEIRO: 2009:23). Assim, depois de várias cimeiras já realizadas com a UA, está em marcha a preparação de uma cimeira para breve sobre a nova estratégia conjunta UA-UE que vai definir prioridades de cooperação, embora a UE já tenha feito a eleição de áreas a propor nas negociações técnicas como a transição ecológica, transformação digital, crescimento sustentável ou novo modelo de crescimento verde, empregabilidade, paz e segurança, boa governação, migrações e mobilidade (*Towards a comprehensive strategy with Africa – 2020*). O problema das alterações climáticas e das constantes vagas de migrações da África para a Europa que fizeram do mediterrâneo o mais vergonhoso cemitério da história da humanidade, constituem assuntos relevantes para a nova abordagem.

4. Perfil de liderança política para o século XXI

Como já disse acima, as lideranças devem adequar-se ao contexto espaço-temporal. Neste sentido, é imperioso descartar velhos modelos e paradigmas que funcionaram como freio do desenvolvimento da África. Esta foi a ideia que inspirou o colóquio *“Leadership for the Africa we want”* que teve lugar em Kigali em Maio de 2015. Participaram neste certame alguns líderes africanos como o Presidente do Ruanda, Paul Kagame (anfitrião), Uhuru Kenyatta, Presidente do Kenya, o ex-Presidente da Nigéria, Olesgun Obasanjo, o ex-Presidente da África do Sul, Tabo Mbeki, o Dr. Mo Ibrahim, fundador e director do Mo Ibrahim Foundation, a Dra Nkosazana Dlamini Zuma, então Presidente da Comissão Africana. O pano de fundo desse colóquio foi o relatório 2014 do **Forum Económico Mundial** que havia identificado dois problemas cruciais das lideranças a nível global: o primeiro é o *deficit de leadership*; o segundo é a falta de confiança nas políticas e nos programas elaborados pelos líderes. Embora, o fórum não tenha tratado exclusivamente das lideranças políticas, mas olhando para as lideranças noutros âmbitos como o mundo empresarial, organizacional e académico, foi possível perceber que tudo tem de começar por estas questões prévias: 1. «*What Africa do we want?*» 2. «*Does Africa need effective institutions more than it needs strong leaders?*» Segundo a explanação de Olusegun Obasanjo é a partir da resposta a estas questões que se deve projectar as lideranças transformacionais e visionárias. O ponto central das discussões foi a ideia partilhada pelos intervenientes de que as boas lideranças serão cruciais na capacitação da África para explorar a janela de oportunidades aberta na década passada. Na ausência de boa liderança a África não será capaz de explorar as suas potencialidades. Segundo o Presidente Kagame, tido actualmente como um líder inovador, foi empregue muito tempo em identificar os problemas da África. Agora é preciso trabalhar nas soluções. Uma outra questão pertinente, levantada pelo Presidente Mbeki, decorrente do lema do colóquio foi esta: «*How can we get leaders that we need for Africa?*» Uma vez que se pretende uma África livre dos conflitos, da guerra, da pobreza e da corrupção, que tipo de líderes a África necessita para trazer soluções nestes campos?

No passado, como disse o antigo presidente senegalês Abdoulaye Wade (1989:17), «África investiu cerca de dois terços do seu tempo em querelas em torno do poder. Na ausência de regras consensuais de acesso ao poder, a força passou a ser a única regra. Foram assim consagrados enormes esforços, recursos e tempo para a conquista do poder em vez de os investir para o desenvolvimento.» Hoje, o paradigma mudou e o acesso ao poder ganhou regras estabelecidas no contexto do Estado democrático de direito assumido hoje por larga maioria dos países africanos como sistema político-constitucional. Os conflitos armados e os golpes de estado já não preenchem hoje o cardápio geopolítico do continente, na medida em que a democracia – embora incipiente - passou a ser o único sistema aceite hoje para o acesso e gestão do poder político através de eleições regulares. Resolvido o problema das regras de acesso ao poder, a África tem de virar as suas baterias hoje para o seu desenvolvimento multifacetado. Definidos os desafios e identificadas as prioridades, é preciso então pensar nas características que devem ter os actuais dirigentes africanos para serem líderes de sucesso e para que o sonho africano ganhe carta de cidadania no mundo ainda neste século. Nas circunstâncias actuais é impensável andar atrás de líderes inatos e carismáticos, munidos de cajado e unguentos por alguma divindade do Olimpo. Já lá se foram os tempos dos messianismos políticos que inundaram as ideologias libertárias e revolucionistas em África. Esses tempos criaram líderes fortes e “instituíveis”, mas instituições muito fracas, vulneráveis e à mercê da vontade do “príncipe”. O Estado confundia-se com a personalidade do líder, se quisermos aqui evocar *ex professo* o inaudito princípio do rei Luís XIV (1638-1715) “*L’État c’est moi*”. Luís XIV foi efectivamente a expressão máxima do absolutismo na França. Os líderes africanos, embora na sua maioria tenham abraçado o republicanismo, acabaram quase sempre por traduzir as suas práticas de liderança em absolutismo monárquico revestido de políticas canibalescas e ditatoriais. O malogro da África neste sentido foi o ter permitido, contrariamente à recomendação de Aristóteles (Política, Livro V, cap.VIII), que indivíduos ou classes se tenham tornado poderosos demais.

Pois então, é preciso repensar a África, mas sobretudo é preciso repensar as suas lideranças. O caminho que se aponta hoje é para líderes com o domínio de conhecimentos políticos, técnicos e científicos, munidos de ferramentas para uma “estratégia vencedora” resultante da combinação do *soft e do hard power* (*smart power*) - segundo a intuição de Joseph Nye (2004) -, com capacidade de inspirar e persuadir os outros a participar na construção e na busca do bem comum dentro de uma visão cooperativista (*cooperative governance*); líderes que apontem o caminho, mas que caminhem com todos, nem tanto à frente (para não perderem de vista o povo), nem tanto atrás (para não ficarem ultrapassados). Praticamente, dentre os três modelos enunciados acima, a escolha recai sobre o líder democrático. Destaca-se neste modelo de liderança o alargamento da base de participação dos cidadãos e a horizontalidade na tomada de decisões onde contam as opiniões dos cidadãos e não apenas o que pensa meia dúzia de iluminados. Com lideranças cooperativistas estimula-se a cidadania consciente, participativa e construtiva. Não pode haver espaço para

transformar o povo em carneirada seguidista que nunca questiona, não contesta nem protesta, não tem voz nem voto.

Quando me refiro aos líderes com conhecimento técnico-científico, entendo que um dos grandes desafios da África é a sua inserção no mercado global onde impera a regra da competitividade. Aqui o *know-how* faz toda a diferença. O conhecimento não abre apenas as portas para transformar os desafios em oportunidades pois ajuda também a fazer as melhores opções para o interesse nacional. Quando o conhecimento deixa de ser “*doxa*” (teoria) e se converte em “*praxis*” aqui já estamos a falar de sabedoria. Por isso não pode haver melhor líder que um amigo do saber que cultiva o conhecimento para resolver os problemas. Talvez seja nesse sentido que Platão defendia o governo dos filósofos. Não foi em vão que Salomão pediu sabedoria, e não riquezas, a Deus: «**Dá-me sabedoria e conhecimento para conduzi-lo com competência**» (2Cro 1, 10). O conhecimento é, nesta lógica, a principal fonte do poder de um líder. Uma liderança inspiradora tem de combinar sabedoria, arte, audácia e integridade. Líderes ignorantes e manipuladores, ao mesmo tempo, são um perigo. O caso do ditador sanguinário Idi Amin Dada (1971-1979) no Uganda é bastante exemplificativo, com cerca de trezentos mil mortos em oito anos de ditadura insana. Neste sentido, vale este aforisma: «Aquele que não sabe e pensa que sabe não é apenas um ignorante, mas sobretudo um perigo público».

Contrariamente a certas opiniões que defendem que hoje precisamos mais de tecnocratas que de políticos, criando uma espécie de dicotomia desnecessária que pretende inocular a classe dos tecnocratas do vírus da política, direi que estamos diante de um falso problema por estar errada a premissa de partida que é preciso desmistificar e desconstruir. Hoje olha-se para os políticos como parasitas inúteis e exploradores sem escrúpulos. A política não pode ser vista como um “*métier*” para iluminados. Se estamos a falar de liderança moderna não é mau que sejam tecnocratas, mas isso não basta: os tecnocratas são políticos enquanto cidadãos e enquanto governam. Não podem governar sem serem políticos. Aliás esta abordagem tem como foco as lideranças políticas. Entendo que o que se pretende empolar na sociedade contemporânea é a chamada “**governabilidade funcional**” em que são indicados para ocupar cargos governativos ou em empresas estratégicas cidadãos com conhecimentos técnicos e científicos nas áreas em que são colocados, em contraste com a tradicional abordagem política onde a militância ideológico-partidária é a condição para aceder a cargos de governação. Assim sendo, não é estranho que, v.g., o ministro da saúde seja um médico, o ministro das obras públicas seja um engenheiro de construção civil, e o ministro da defesa seja um militar. Portanto, não se trata propriamente de estabelecer uma tecnocracia isenta da política, selecionando ou elegendo líderes com base nas aptidões técnicas e de liderança através de processos burocráticos. A política é a arte de governar/administrar para o bem comum. A vantagem da tecnocracia bem enquadrada na política é a de promover a competência e a meritocracia, superando os arquétipos de políticos “*tutti frutti*”, supostamente versáteis e preparados para o exercício de múltiplas tarefas no aparelho do Estado. Na política africana, uma das causas de conflitos internos tem a ver com o sistema

das militâncias ideológico-partidárias como pressuposto para que os cidadãos sejam guindados para cargos de liderança. Considerando os critérios discricionários e subjectivos usados por quem detém o poder para nomear, o clientelismo e o compadrio acabaram sempre por ser, por um lado, a garantia das lealdades por parte da serventia e, por outro, uma arma de exclusão política (ostracismo). Onde há práticas institucionalizadas de exclusão, não podem faltar conflitos daí decorrentes.

Conclusão

No dealbar deste século XXI, a África está no encaço do seu renascimento político, cultural e económico (TATI:2018). Não se trata de revisitar um passado fossilizante que já não existe, mas trata-se de recuperar a sua mística e o seu dinamismo para os novos desafios hodiernos. Depois das décadas perdidas, desenham-se novos cenários de um continente que pretende reencontrar-se consigo mesmo e abrir sulcos para o seu desenvolvimento através do crescimento económico sustentável, estabilidade política das suas instituições, boa governação, cidadania participativa, inovação científica e tecnológica. A Mo Ibrahim Foundation tem como foco do seu activismo o seguinte lema inspirador: «*Putting governance at the centre of Africa's development*». Por essa razão, cada ano promove um prémio avaliado em cerca de cinco milhões de USD para uma figura africana que se destaca em termos de «liderança de excelência». Na África lusófona o único laureado foi o Presidente moçambicano Joaquim Chissano.

No afinal desta abordagem é possível constatar - com tudo o que foi dito - que as lideranças improvisadas não estão à altura dos desafios desenhados para este século. É preciso avançar para novos paradigmas onde as lideranças tenham o preparo político e científico suficiente para estarem à frente do longo e íngreme caminho do desenvolvimento do continente africano. África precisa de líderes com uma mística inspiradora e galvanizadora capaz de transformar as suas potencialidades em riqueza para os seus filhos. É um lugar-comum ver a África como continente pobre e subdesenvolvido porque não tem o dinheiro que os outros têm. Na minha óptica, não é a falta de dinheiro que nos empobrece; aliás há países africanos - como Angola - que já tiveram os cofres abarrotados mas hoje estão sujeitos à mendicidade internacional e submetidos à ditadura das instituições de *Bretton Woods* cujos paradigmas neoliberais estão completamente desajustados à nossa realidade. O dinheiro é resultado do crescimento da produção interna e isso só é possível com lideranças preparadas e apostadas em transformar os vastos recursos do continente em riqueza e bem-estar para os seus povos. O desenvolvimento é produto do conhecimento e da audácia inovadora. A verdadeira pobreza é a falta de conhecimento e inovação. Portanto vale aqui rematar com este pensamento de Julius Nyerere, primeiro Presidente da Tanzânia: «Mais do que o dinheiro, o Homem, a terra, as políticas correctas, a boa liderança e o trabalho árduo são os pré-requisitos cruciais para

o desenvolvimento. A riqueza que o dinheiro representa é o resultado e não a condição para o desenvolvimento» (in “*The Arusha Declaration*”, 1975)

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES, *Política*. Texto Integral, (trad. Pedro Constantin Tolens), Editora Martin Claret, São Paulo, 2009 (1ª reimpressão)

BENTO, António V. & RIBEIRO, Maria Isabel, *A liderança escolar a três dimensões: Directores, Professores e Alunos*, Coleção Ideias em Prática, Bragança, 2013.

BURGIS, Tom, *A Pilhagem de África*, (trad. Ângelo Santana), Edições Vogais, Amadora, 2015.

CAMPOS, João Mota de (coord.), *Organizações Internacionais*, Coimbra Editora, 2010 (4ª edição).

CORREIA, Pedro de Pezarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Conceitos, Teorias, e Doutrinas*, vol.I, Quarteto Editora, 2004.

CHOMSKY, Noam, *Quem Governa o Mundo?* Editorial Presença, Lisboa, 2016.

DIKAM, Fidel Podga, *África Negra. El futuro de una humanidad rota*, Ed. Cristianismo y Justicia, Barcelona, 1996.

DOWDEN, Richard, *África. Altered States, Ordinary Miracles*, New Edition, London, 2014.

FRANCO, Manuela (coord.), *A UE e a África: em busca de parceria estratégica*, IPRI, Lisboa, 2009.

FREIRE, Maria Raquel (coord.), *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

MAQUIAVEL, *O Príncipe*, (trad. Fernanda Pinto Rodrigues), Publicações Europa-America, Mira-Sintra, 2009 (5ª edição).

MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis*, (trad. e comentário Miguel Morgado), Edições 70, Lisboa, 2011.

MONTEIRO, António, *África: um percurso estratégico*, in FRANCO, Manuela, *A UE e África: Em busca de parceria estratégica*, Lisboa, 2009, pp.23-34

MBEMBE, Achile, *L’Afrique Noire va imploser*, in “*Le Monde Diplomatique*” 433 (1990), p. 10.

NVENG, Engelbert, *Pauperizzazione e Liberazione. Approccio teológico per l'Africa e per il Terzo Mondo*, in GIBELINI, R. (coord.), *Percorsi di Teologia Africana*, Queriniana, Brescia, 1964.

KA MANA, *L'Afrique va-t-elle mourir? Essai d'éthique politique*, Karthala, Paris, 1993.

WADE, Abdoulaye, *Un Destin Pour L'Afrique*, Karthala, Paris, 1989.

ROQUE, Fátima Moura, *África, a NEPAD e o Futuro*, Texto Editores, Luanda, 2007.

TATI, Raul, *Crise Africana e Processo de Democratização em África. Pertinência e Implicações ético-antropológicas*, edição do autor, Leiria, 1999.

-----, *A Construção do Estado Pós-colonial em África e os Desafios do Renascimento Africano*, in «Estratégia», Vol. XXVII, 2018.

-----, *Incidências da Guerra Fria na Política Externa de Angola (1975-1992)*, Tese doutoral, IEP-UCP, 2018.

TEIXEIRA, Nuno, *A EU e África: em busca de uma parceria estratégica*, in FRANCO, Manuela (coord.), Lisboa, 2009, pp.15-22.

Kigali annual meeting 2014 (19-23 Mai) – Leadership for the Africa we want

Olesengun Obassanjo

What Africa do we want – Africa everybody have opportunity, development, participation – we have a future but we don't have a confidence in it

In my turn we don't had many facilities but we had opportunities – today you have more facilities than opportunities

The job of the leader is to lead

MO IBRAHIM

Se Obama vivesse no Kenya teria a oportunidade de ser Presidente?

DLAMINI ZUMA – Presidente da Comissão africana cessante

Think about Africa as all – we are a big continente but individual we are small

Leadership – invest on the young people / the women

How many engineers we do produce a year? Kagame is a champion in the new technology – for the success we must talk about university – leadership in politic, in academia, business,

Vision integrity courage

African Leadership forum – a talk with former presidents

Tabo Mbeki – former president

Transformation of the continent

African agenda

Benjamin Nkapa – Tanzania

Regional integration / African talents

Groups leaders – youth and women: agriculture (change and transformation)

Festus Mogae – former president Botswana

The transformation of natural resources for benefit of all

The african dream has no limit – we need to drive change – the change comes from continues strouggles for change

Olesegun Obassanjo – former president of Nigeria

Successfully fight the corruption

Implement the low honestely – develop self-confidence – ability to negociate